



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 11, v. 1 mai. -out. 2019

p. 29-57.

Generificação multisseccional ou racialismo multissegmentário: o discurso da degenerescência e a naturalização da diferença

Yuri Bataglia Espósito¹

RESUMO: Neste artigo, investigo como os regimes de dominação interseccional produzem e naturalizam a diferenciação social através de dispositivos político-discursivos. Articulado estudos pós-estruturalistas e *queer* com obras que estudam o racismo, a racialização e a colonialidade, entendo que dispositivos de subjetivação precarizante prejudicam corpos e populações, orientando-se por códigos ordenadores sociais hegemônicos pelos regimes de dominação. Trazendo obras de Michel Foucault e Anne McClintock, discorro sobre o desenvolvimento genealógico comum e a operatividade social imbricada dos dispositivos político-discursivos racialistas, sexistas e capitalistas-coloniais, relacionando essas concepções à metodologia interseccional do feminismo negro, através do trabalho de Carla Akotirene. A teoria micropolítica também é operacionalizada, junto a obras de Paul Preciado, Jota Mombaça, Silvio Almeida e Achille Mbembe, percebendo o funcionamento político-discursivo dos processos de subjetivação precarizante, que distribuem diferenciadamente as posições sociais. Essa exposição teórica é operacionalizada analisando o discurso da degenerescência, que perseguia diversos grupos sociais considerando-os como pertencentes a uma “raça inferior”. Concluo que a naturalização da diferença e da violência, atualizada em discursos biopolíticos durante a narrativa da degenerescência, continuou a funcionar nas estratégias políticas de diferenciação interseccional, processo que se exacerba novamente no atual período histórico de ascensão conservadora.

PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade; micropolítica; diferenciação; racialização; degenerescência.

Abstract: In this article, I investigate how regimes of intersectional domination produce and naturalize social differentiation through political-discursive devices. Articulating poststructuralist and queer studies with works that study racism, racialization and coloniality, I understand that precarizing subjectivation devices harm bodies and populations, being guided by social ordering codes hegemonomized by regimes of domination. Bringing works by Michel Foucault and Anne McClintock, I discuss the common genealogical development and the imbricated social operability of the racialist, sexist and capitalist-colonialist political-discursive devices, linking these conceptions to the intersectional methodology of black feminism, through the work of Carla Akotirene. The micropolitical theory is also operationalized, along with works by Paul Preciado, Jota Mombaça, Silvio Almeida and Achille Mbembe, perceiving the political-discursive functioning of the precarizing subjectivation processes, which differentially distribute the social positions. This theoretical exposition is operationalized analyzing the degeneracy discourse, which persecuted several social groups considering them as belonging to an "inferior race". I conclude that the naturalization of difference and violence, updated in biopolitical discourses during the degeneracy narrative,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é membra do Iterares - Laboratório de Estudos sobre Diferenciação e Interseccionalidade (FAPESP/PPGAS-UFSCar), e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades: Políticas Públicas e Percepções Públicas (NEDEPP, DCSO-UFSCar). E-mail: yuriesposito@hotmail.com

Recebido em 31/01/19

Aceito em 28/06/19

continued to work in the political strategies of intersectional differentiation, a process that is exacerbated again in the current historical period of conservative ascension.

Keywords: intersectionality; micropolitics; differentiation; racialization; degeneracy.

Resumen: En este artículo, investigo cómo los regímenes de dominación interseccional producen y naturalizan la diferenciación social a través de dispositivos político-discursivos. Articulando estudios post-estructuralistas y *queer* con obras que estudian el racismo, la racialización y la colonialidad, entiendo que dispositivos de subjetivación precarizante perjudican cuerpos y poblaciones, orientándose por códigos ordenadores sociales hegemonzados por los regímenes de dominación. Trayendo obras de Michel Foucault y Anne McClintock, discuto sobre el desarrollo genealógico común y la operatividad social imbricada de los dispositivos político-discursivos racialistas, sexistas y capitalistas-coloniales, relacionando esas concepciones a la metodología interseccional del feminismo negro, a través del trabajo de Carla Akotirene. La teoría micropolítica también es operacionalizada, junto a obras de Paul Preciado, Jota Mombaça, Silvio Almeida y Achille Mbembe, percibiendo el funcionamiento político-discursivo de los procesos de subjetivación precarizante, que distribuyen diferencialmente las posiciones sociales. Esta exposición teórica es operacionalizada analizando el discurso de la degeneración, que perseguía a diversos grupos sociales considerándolos como pertenecientes a una "raza inferior". Concluyo que la naturalización de la diferencia y de la violencia, actualizada en discursos biopolíticos durante la narrativa de la degeneración, continuó funcionando en las estrategias políticas de diferenciación interseccional, proceso que se exagera nuevamente en el actual período histórico de ascensión conservadora.

Palabras clave: interseccionalidad; micropolítica; diferenciación; racialización; degeneración.



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. II, v. I mai. -out. 2019

p. 29-57.

1. Introdução

Este artigo traz uma investigação histórica e teórica sobre a naturalização da diferença e da violência, relacionando estudos pós-estruturalistas e *queer* à metodologia interseccional do feminismo negro. Entendendo que dispositivos de subjetivação precarizante afetam prejudicialmente certos corpos e populações, abordo o caráter de imbricamento dos diferentes códigos ordenadores sociais: regimes de dominação como o racismo, o sexismo e o capitalismo-colonialismo atuam conjuntamente na produção de organizações sociais hierárquicas e exploratórias. Apesar de cada regime político operar diferentes discursos diferenciadores, articular dispositivos políticos específicos e produzir efeitos sociais de variadas intensidades, procuro ressaltar suas continuidades operacionais e históricas.

Articulo a micropolítica de Michel Foucault, observando as relações de poder em suas táticas e estratégias, a estudos mais recentes que abordam a condição de precariedade social e violência produzida pelos dispositivos politico-discursivos da dominação interseccional: a racialização, através de obras de Achille Mbembe, Jota Mombaça e Silvio Almeida, e a sexualização, a partir dos trabalhos de Paul Preciado. Assim, considero que a diferenciação social é construída por dispositivos de generificação multisseccional, que produzem discursivamente as categorias de subjetivação social e as distribuem diferenciadamente em posições sociais entre o privilegio e a precariedade.

Recupero o método genealógico foucaultiano e suas investigações sobre a ascensão dos dispositivos biopolíticos do racismo e da sexualidade, ligando-os aos estudos que mostram a operação conjunta dos diferentes códigos ordenadores que orientam a diferenciação social: a interseccionalidade dos regimes de classificação das populações, a partir de Carla Akotirene, e o imbricamento dos regimes de dominação política, com a obra de Anne McClintock. A partir do livro *Em defesa da sociedade*, resgato o desenvolvimento comum que precedeu os dispositivos biopolíticos discursivos de diferenciação social hoje diferenciados e chamados de “raça”, “classe” e “nação”.

Desenvolvo essa análise trazendo um estudo sobre o discurso da degenerescência, que operacionalizava um racismo de estado amparado nos códigos da ciência e da biologia, distribuindo violência e morte sobre os diversos grupos que eram considerados de uma “raça inferior”: as populações colonizadas, as classes trabalhadoras, as mulheres, as dissidentes sexuais, e grupos militantes como feministas e comunistas. Este estudo genealógico sobre a narrativa da degenerescência se revela produtivo para debates atuais: após sua hegemonia entre o final do século XIX e meio do século XX, essa categoria discursiva caiu em desuso, mas sua operatividade



micropolítica de diferenciação social violenta e hierárquica continuou a se desenvolver. Apesar da institucionalização de um discurso jurídico-burocrático que se pretende democrático e igualitário, seguiu funcionando um racismo multissegmentário, que opera a distribuição de dispositivos de subalternização, objetificação, pauperização, precarização e vulnerabilização sobre os corpos e populações racializados, sexualizados e empobrecidos. Esse resgate histórico pode ser importante para o entendimento teórico e a ação política perante a intensificação da desigualdade social que ocorre atualmente com a ascensão conservadora no Brasil e em outros países.

2. Imbricamento das ordenações sociais: diferenciação e degenerescência

A ordem colonial se baseia na ideia de que a humanidade estaria dividida em espécies e subespécies que podem ser diferenciadas, separadas e classificadas hierarquicamente. (MBEMBE, 2018b, p. 123)

Através dos estudos genealógicos sobre a sexualização e a racialização, bem como especialmente das teorias das feministas negras, percebo que esses – e outros – diferentes códigos ordenadores sociais operam através de dispositivos discursivos comuns de semantização, diferenciação e classificação ontológica dos corpos e das populações. Por outro lado, um estudo micropolítico da diferenciação social traz no reconhecimento dos efeitos sociais dos regimes de dominação a percepção de que a desigualdade social é orientada também pelo conjunto de diferentes discursos diferenciadores: a colonização, a racialização e a sexualização são estratégias de produção epistêmica da diferença social. Assim, considero que o imbricamento dos códigos ordenadores se dá em dois níveis: pela discursividade de seus procedimentos, e pela efetividade social de seus efeitos.

Essa formulação é desenvolvida a partir das autoras trabalhadas: o feminismo negro propõe que os discursos dominadores operam conjuntamente, e a visão decolonial, como em Jota Mombaça, intensifica a investigação micropolítica para elencar quais são os efeitos decorridos dessa operação, procurando estabelecer critérios mais específicos para expor a desigualdade social. A discursividade dominatória comum aos códigos ordenadores interseccionais, como a racialidade e a sexualidade, é percebida colhendo da genealogia dessas formações discursivas o aspecto de semantização e diferenciação dos corpos e das populações que é comum aos dois discursos diferenciadores.

No entanto, seriam mesmo os códigos racialistas e sexistas duas formações discursivas separadas e independentes, que só se “interseccionam” em alguns pontos? Mais do que operações e efeitos comuns, pode-se perceber nesses “dois” códigos ordenadores um imbricamento mais



profundo. A formação histórica desses dispositivos biopolíticos não só foi construída discursivamente com funcionamentos semelhantes, eles foram construídos operando juntos, como mostra Anne McClintock. Porém, através do exame histórico trazido no livro *Em defesa da sociedade*, pode-se ver que categorizações sociais modernas que hoje entende-se como diferentes – raça, classe, nação – tiveram um desenvolvimento histórico comum: não surgiram juntas, surgiram como a mesma categoria instável.² Em dado momento histórico – no século XIX –, essas categorias foram depuradas e separadas umas das outras, e passaram a funcionar como códigos diferentes e terem certa gama de efeitos diferentes, além dos efeitos compartilhados; mas Foucault mostra que entre os séculos XV e XVIII, essas categorias eram tão imbricadas que seus nomes eram intercambiáveis, conotando/construindo uma mesma clivagem social.

Dessa maneira, abordarei neste artigo o desenvolvimento histórico dessas categorizações sociais imbricadas, promotoras da desigualdade social. Cabe uma ressalva: Foucault ressalta que o racismo e o sexismo não surgiram na era moderna, mas nela passaram a ter funcionamentos modernos: o biopoder sobrecodifica e transforma clivagens sociais e epistêmicas que já eram produzidas pelos regimes de dominação. Assim, um primeiro momento dessa genealogia é a formação da categoria raça-nação-classe a partir do século XV, junto à implantação do capitalismo-colonialismo. McClintock também enfatiza esse imbricamento histórico de categorias que hoje são discernidas:

Estigmas raciais foram usados sistematicamente. [...] A retórica da raça era usada para inventar distinções entre as que hoje chamaríamos de classes. [...] As mulheres brancas eram consideradas uma ‘raça’ inerentemente degenerada. (MCCLINTOCK, 2010, p. 93)

O termo ‘raça’ foi usado de maneira instável e cambiante, às vezes como sinônimo de ‘espécie’, às vezes, de ‘cultura’, às vezes, de ‘nação’, às vezes para denotar etnia biológica ou subgrupos dentro de grupos nacionais: a ‘raça’ ‘inglesa’ por comparação, digamos, com a ‘irlandesa’. (MCCLINTOCK, 2010, p. 90)

Num segundo momento, no século XIX, essa clivagem “racial” opera, já acoplada à clivagem “sexual”, uma exacerbação violenta da diferenciação social com o discurso da degenerescência, condensado no racismo de estado. Institucionalizaram-se como prática estatal, do “neocolonialismo” ao nazismo, sob o mesmo pretexto de inferioridade e perigo racial, ações de exploração, extermínio

² Ver Foucault, 2010 nas referências, especialmente “Aula de 21 de janeiro de 1976”, p. 37 e, “Aula de 28 de janeiro de 1976”, p. 55 e, e “Aula de 18 de fevereiro de 1976”, p. 119.



e genocídio, aplicando o princípio de racialização a diversos grupos, como pobres, mulheres, dissidentes sexuais, feministas, comunistas. Por fim, após o nazismo, o discurso da degenerescência passou a ser menos invocado nas práticas políticas institucionais, mas a racialização das clivagens sociais continuou agindo por diversos dispositivos necropolíticos, mantendo a diferenciação multissegmentária e, através dela, a distribuição da morte e a regulação da vida.

Recupero de Achille Mbembe o princípio de diferenciação social que é intrínseco ao biopoder e sua distribuição de morte:

Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. [...] em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é ‘a condição para a aceitabilidade do fazer morrer’. (MBEMBE, 2018a, p. 17-18)

A instabilidade e a polivalência da classificação racializante também são abordadas por Silvio Almeida em *O que é racismo estrutural?*: a diferenciação social que promove a “construção espaço-identitária [...] pode ser vista na classificação racial, étnica, religiosa e sexual de indivíduos como estratégia de poder” (ALMEIDA, 2018, p. 78). A classificação, como estratégia de poder, cria as identidades e as distribui em posicionalidades sociais diferentes, alocando os grupos populacionais conforme convenha aos sistemas de dominação e extrativismo. Veja a exploração que Foucault faz da multiplicidade e imiscuição de categorizações que é operada pelo termo “raça” nos discursos modernos de diferenciação social:

fica bem claro que essa palavra mesma – ‘raça’ – não é pregada a um sentido biológico estável. No entanto, essa palavra não é absolutamente variável. Ela designa [...] certa clivagem histórico-política, ampla sem dúvida, mas relativamente fixa. Dirão, e nesse discurso dizem, que há duas raças quando se faz a história de dois grupos que não têm a mesma origem local; dois grupos que não têm, pelo menos na origem, a mesma língua e em geral a mesma religião; dois grupos que só formaram uma unidade e um todo político à custa de guerras, de invasões, de conquistas, de batalhas, de vitórias e de derrotas, em suma, de violências; um vínculo que só se estabeleceu através da violência da guerra. Enfim, dirão que há duas raças quando há dois grupos que, apesar de sua coabitação, não se misturaram por causa de diferenças, de dissimetrias, de barragens devidas aos privilégios, aos costumes e ao direito, à distribuição das fortunas e ao modo de exercício do poder. (FOUCAULT, 2010, p. 65)



Foucault mostra que esses conflitos eram entendidos pelos povos europeus através do operador epistêmico da “luta das raças”; somente na primeira metade do século XIX que essa categoria vai se dissociar em três. Karl Marx e, um pouco antes, o historiador Adolphe Thiers operam a recodificação dessa noção na ideia econômico-política de “luta de classes”. Por outro lado, depura-se o conceito biológico-médico de “raça”, operador que se relaciona a caracteres interpretados como “físicos”, “culturais” e “étnicos” (FOUCAULT, 2010, p. 67); apesar disso, a transcrição biológica de conflitos sociais vai continuar a ser operada até o final da hegemonia do discurso da degenerescência, sendo aplicado um racismo de tipo biológico a “marcadores” para além dos entendidos hoje como “étnico-raciais” (FOUCAULT, 2010, p.51). Numa terceira via, a categoria de “nação” vai sendo delimitada como associada ao estado moderno, e aos “fenômenos da língua” delimitados pela filologia (FOUCAULT, 2010, p. 60); essa ideia de que há uma nação única correspondente ao território burocrático possibilitou a implantação de práticas para institucionalmente lutar contra e até mesmo expurgar as “outras nações” que coabitavam as metrópoles.

Por exemplo, na época da revolução francesa, a nobreza se via como “uma nação em face de muitas outras nações” (FOUCAULT, 2010, p. 113); assim também o chamado “terceiro estado” se entendia. Essa coabitação nunca foi amistosa, pois era pautada numa dominação político-econômica; porém, no século XIX, esse “discurso da guerra entre as nações passa da história para a biologia no pensamento burguês”. Foucault mostra que aparece, “nesse momento, a ideia de uma guerra interna como defesa da sociedade contra os perigos que nascem em seu próprio corpo e de seu próprio corpo” (FOUCAULT, 2010, p. 182): essa nova formulação discursiva era operada

com a ideia – que é absolutamente nova e que vai fazer o discurso funcionar de modo muito diferente – de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, [...] mas é aquela que, permanente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça. [...] o discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma. (FOUCAULT, 2010, p. 51-52)

Esse discurso biológico da luta das raças operava a ideia de “degenerescência”: os grupos populacionais não normativos que eram considerados uma “raça inferior”, ou a parte inferior da mesma raça, eram nomeados como o lado “degenerado” da raça, que precisava ser eliminado – e,



enquanto isso, segregado, para evitar “contaminação” – para que se “regenerasse” a raça normativa; esses grupos eram entendidos como um “perigo biológico” para a continuidade sadia “da raça”, uma “doença” da qual a sociedade precisava se purificar (FOUCAULT, 2010, p. 52). Assim, o discurso da superioridade racial foi aplicado tanto na dominação colonial que era feita fora da Europa, quanto na dominação capitalista que era feita em seu interior (FOUCAULT, 2010, p. 55); essas duas estratégias tinham esse dispositivo tático discursivo em comum. Em ambos os casos, a diferença social e a dominação política era recodificada na tecnologia discursiva médico-biológica, evolucionista, através de temas em voga no discurso científico como “diferenciação das espécies, seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 68); bem como “hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados” (FOUCAULT, 2010, p. 216).

A eliminação de “elementos heterogêneos” que “ameaçavam” a sociedade era o projeto político de uma subjetividade-corpo elitizada, que se promulgava a única verdadeira, superior, normal, promovendo a perseguição e o extermínio das subjetividades-corpo consideradas “outras”, desviantes, doentes, degeneradas, inferiores, anormais, transviadas. As operações biopolíticas de dominação usavam como suporte os códigos produzidos pelo saber que se autodenominava “ciência biológica”. Mas esse saber nunca foi apolítico; o saber científico é sempre informado pelas relações políticas de dominação que o operam: a premissa da ciência passava de dominar a natureza para dominar outros povos.

Silvio Almeida concorda com a visão foucaultiana de que “o racismo é uma tecnologia de poder” (ALMEIDA, 2018, p. 87) a serviço da distribuição da morte:

O racismo tem [...] duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. [...] A outra função do racismo é permitir que se estabeleça uma relação positiva com a morte do outro. [...] relação de tipo biológico, em que morte do outro, visto não como meu adversário, mas como um degenerado, um anormal, pertencente a uma raça ruim, cuja morte não é apenas uma garantia de segurança pessoal ou das pessoas próximas, mas do livre, sadio, vigoroso e desimpedido desenvolvimento da espécie, do fortalecimento do grupo ao qual se pertence. (ALMEIDA, 2018, p. 88-89)

Anne McClintock (2010, p. 182) expõe em *Couro Imperial* como esse discurso sobre a “multidão degenerada” era aplicado tanto fora como dentro da Europa, estabelecendo uma “analogia entre terras colonizadas e comunidades de classe trabalhadora”: assim, o discurso colonial também



era sistematicamente aplicado na “metrópole”, e servia para “mapear o espaço urbano numa geografia de poder e contenção” (MCCLINTOCK, 2010, p. 184). A autora recolhe uma narrativa desse teor do livro *The condition of the working class in England*, publicado por Friedrich Engels em 1845, confere a alternância entre as categorias “raça”, “classe” e “nação”, que chega a ser inconsistente, pois usa “raça” no sentido amplo e também quando marca especificamente o sentido “étnico-racial”:

Vivendo em cortiços [...], a classe trabalhadora – ele sente – se tornou degradada e degenerada: ‘Uma raça fisicamente degenerada, roubada de toda a humanidade, degradada, moral e intelectualmente reduzida à bestialidade’. A classe trabalhadora é uma ‘raça inteiramente à parte’, de tal forma que ela e a burguesia são agora ‘duas nações radicalmente dissemelhantes, tão distintas quanto a diferença de raça poderia fazê-la’. (MCCLINTOCK, 2010, p. 76)

McClintock percebe que, a partir da metade do século XIX, ocorria uma comutação entre diferentes códigos de precarização, principalmente uma “analogia entre degeneração de raça e de gênero”, que interligava o projeto de dominação social da imperialidade com o da domesticidade. Essa analogia simbólica possibilitava que os dispositivos de precarização material operassem numa continuidade que abarcava vários grupos populacionais:

Na metrópole, a ideia do desvio racial era evocada para policiar as classes ‘degeneradas’ – a classe trabalhadora militante, os irlandeses, os judeus, as feministas, os gays e as lésbicas, as prostitutas, os criminosos, os alcóolatras e os loucos –, que eram vistas coletivamente como desviantes raciais, atávicos em regressão a um momento primitivo na pré-história humana, sobrevivendo ominosamente no coração da moderna metrópole imperial. Nas colônias, os negros eram vistos, entre outras coisas, como desviantes de gênero, corporificações da promiscuidade e excesso pré-históricos; seu atraso evolutivo, evidenciado por suas ‘femininas’ faltas de história, de razão e de arranjos domésticos apropriados. (MCCLINTOCK, 2010, p. 77)

Assim, uma codificação biológica perpassa a dominação colonial-capitalista, produzindo uma naturalização discursiva que encobre a genealogia histórica e política da diferenciação social. Achille Mbembe mostra como essa desumanização operacionalizada na narrativa da degenerescência era intensamente aplicada contra as populações racializadas:

o negro é representado como o protótipo de uma figura pré-humana incapaz de escapar de sua animalidade [...] Encerrado em suas sensações, tem dificuldade em quebrar a cadeia da necessidade biológica, razão pela qual não chega a conferir a si mesmo uma forma verdadeiramente humana nem a moldar seu mundo. É nisso que se distancia da normalidade



da espécie. (MBEMBE, 2018b, p. 41)

O desenvolvimento da narrativa da degenerescência no saber médico é abordado em *História da sexualidade I*, no que tange aos dispositivos que eram aplicados sobre as mulheres e as dissidentes sexuais. O saber médico do século XIX considerava a masculinidade como um ideal normativo neutro, e as mulheres e os homossexuais como intrinsecamente doentes, marcados por sua “sexualidade”. Essa diferenciação era articulada através do dispositivo de saturação sexual: o homem heterossexual era o sexo não marcado, ideal invisibilizado que não era entendido como condição específica; já nas mulheres e nos homens homossexuais, a condição sexual – vista como “patogênica” (FOUCAULT, 1999, p. 121) para o corpo e para a população – determinava todo o corpo: tudo nelas era devido à sua condição sexualizada. Note-se que a medicina do século XIX percebia “orientações sexuais” diferentes nos homens, e nas mulheres era a própria condição de mulher – considerada inerentemente “histórica” – que lhe conferia “sexualidade”, como sexuação; a homossexualidade era considerada apenas nos homens, daí o movimento político das lésbicas do século XX reivindicar sua autodenominação pela categoria “lésbica”, dispensando a noção de “mulher homossexual”.

A dominação sexual promoveu uma “problematização da saúde” (FOUCAULT, 1999, p. 116), operacionalizando inspeções da anatomia das mulheres e dos homossexuais “na busca de possíveis sinais de degenerescência” (FOUCAULT, 1999, p. 33); além do controle médico, desenvolvia-se um controle judiciário, “em nome de uma proteção geral da sociedade e da raça” (FOUCAULT, 1999, p. 115). Aqui se vê o que também é apontado por McClintock: os códigos da “raça” e do “sexo” se retroalimentavam, promovendo o controle doméstico das mulheres que era narrado como “proteção da raça” e o controle colonial da população negra que era racionalizado como protegendo a “reprodução da espécie”. No curso *Em defesa da sociedade*, Foucault entende que a sexualidade é um código privilegiado para a teoria da degenerescência, por estar “exatamente na encruzilhada do corpo e da população”, justamente os dois níveis que o biopoder produz e controla. Essa copertença da sexualidade possibilita uma permutação da noção biológica de “doença” do plano corporal para o plano populacional: desenvolve-se a

ideia médica segundo a qual a sexualidade, quando é indisciplinada e irregular, tem sempre duas ordens de efeitos: uma sobre o corpo [...] doenças individuais que o devasso sexual atrai sobre si. [...] Mas, ao mesmo tempo, uma sexualidade devassa, pervertida, etc. tem efeitos no plano da população, uma vez que se supõe que aquele que foi devasso sexualmente tem uma hereditariedade, uma descendência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações. (FOUCAULT, 2010, p. 212)



Ao mesmo tempo, no século XIX, a noção de patologia associada a grupos sociais se alastrava dos grupos sexualizados para os grupos étnico-racializados e empobrecidos. Essa narrativa transpunha a relação de dominação política para “uma relação do tipo biológico”. O racismo operava a noção que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia [...] e mais pura”. (FOUCAULT, 2010, p. 215) Considerando a “inferioridade racial” como doença, o evolucionismo

tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história da sociedade com suas diferentes classes, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 216)

A criminalidade também era “pensada em termos de racismo”, ou, melhor, operada pela tecnologia racista do biopoder, que gerava uma aceitabilidade social à prisão ou à “condenação à morte de um criminoso”. (FOUCAULT, 2010, p. 217) Toda essa problematização discursiva “científica” que criava a noção de patologia biológica-social gerava medo e insegurança na população e, assim, fomentava uma série de narrativas com pontos focais diferentes que acabava construindo a legitimidade do biopoder; dessa maneira, produzia-se a naturalização de que o estado devia atuar no campo biológico, assumindo “a função de incumbir-se da vida, de organizá-la, de multiplicá-la, de compensar suas eventualidades, de percorrer e delimitar suas chances e possibilidades biológicas”. (FOUCAULT, 2010, p. 220) A narrativa da degenerescência possibilita o aprofundamento da hegemonia do biopoder, consolidando o uso político do discurso biológico.

3. Interseccionalidade e generificação

a história não se faz em torno de uma categoria social privilegiada.
(MCCLINTOCK, 2010, p.103)

A teoria da degenerescência foi caindo em desuso como operador discursivo após a derrubada do nazismo e o fim do stalinismo; no entanto, as variadas tecnologias de diferenciação social continuaram a ser aplicadas e, como mostra Achille Mbembe, nem sempre com menos violência. Pode-se inclusive dizer o contrário: as tecnologias de dominação das populações e de regulação dos corpos continuaram a se desenvolver, se intensificar e proliferar, aprofundar seus efeitos. O biopoder se torna cada vez mais hegemônico, multiplicando e diversificando suas ferramentas de produção de



morte e seus “sistemas de produção da subjetividade”. (PRECIADO, 2008, p. 162, tradução nossa) Preciado compõe um retrato das transformações que se dão nessa época com sua teoria do regime farmacopornográfico:

O contexto somatopolítico (de produção tecnopolítica do corpo) posterior à Segunda Guerra Mundial parece estar dominado por um conjunto de novas tecnologias do corpo (biotecnologias, cirurgia, endocrinologia, etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, cibernética, etc.) que infiltram e penetram a vida cotidiana como nunca. [...] Se na sociedade disciplinar as tecnologias de subjetivação controlavam o corpo a partir do exterior como um aparato ortoarquitetônico externo, na sociedade farmacopornográfica, as tecnologias entram a formar parte do corpo, se diluem nele, se convertem em corpo. (PRECIADO, 2008, p. 66, tradução nossa)

Preciado traz de Teresa de Lauretis a premissa de que o feminismo deve abandonar a noção de “opressão de mulheres” e atentar para “o funcionamento de um conjunto de tecnologias de gênero”, que “produzem não somente diferenças de gênero (homem/mulher), mas também diferenças sexuais (homo/hetero, perverso, sado/maso...), raciais, de classe, corporalidade, idade, etc.” (PRECIADO, 2008, p. 89, tradução nossa). Essa formulação traz-me a hipótese de que o biopoder opera uma generificação expandida, ou também igualmente se poderia dizer um racialismo expandido.

O termo “gênero” é comumente relacionado, quando se refere a pessoas, com a categorização que antes era chamada de “sexo”, ainda que atualizada do campo biológico para o social. No entanto, penso aqui em “gênero” num sentido mais largo, a maneira como se diz “gêneros discursivos”, “gêneros literários”, “gêneros cinematográficos”: portanto, “gêneros” no sentido de “tipos” de pessoas diferenciados – tecnologicamente –; num sentido não dessexualizado, mas sexualizado ao mesmo tempo que racializado. Considerando que uma série de discursos diferenciadores opera conjuntamente, classificando as pessoas e as populações através de vários parâmetros e operando organizações sociais a partir disso, percebe-se que a clivagem social é sempre complexa: nunca se leva em conta apenas “a raça”, ou apenas “o sexo”, ou apenas “a classe”, etc. A diferenciação que os dispositivos de biopoder opera nos corpos e nas populações é sempre multissegmentária, ou multisseccional, ou multicodificada. Essa formulação é um pouco diferente daquilo que a palavra “interseccional” transmite, salientando outro aspecto do imbricamento das categorias; mas a noção teórica que busco ressaltar é oriunda das próprias teorias interseccionais do feminismo negro – a maneira como McClintock questiona o uso do termo “pós-colonial” sem procurar deslegitimar a importância do campo teórico pós-colonial que percebe a colonialidade após a colonização. (Ver “Ciladas do pós-colonial” MCCLINTOCK, 2010, p. 27) Assim, procuro evidenciar que todas as



localizações sociais são multicodificadas: as mulheres e as dissidentes sexuais racializadas estão na intersecção prejudicada pelos regimes de dominação racista e sexista; porém, todo o sistema de subjetivação é “interseccionado”, ou imbricado: a subjetividade-corpo privilegiada dos homens brancos também é construída pela intersecção dos dois códigos de subjetivação diferenciadores.

Historicamente, houve nos Estados Unidos uma condensação do feminismo negro enquanto movimento político a partir da segunda metade do século XX. As décadas de 1950 e 1960 são referidas como períodos do “movimento por direitos civis” nos EUA; no entanto, a luta por direitos, as lutas antirracistas e antimachistas, as resistências sempre existiram, sempre que houve dominação; portanto, o período referido é melhor diferenciado por ter sido uma época em que a luta pelos direitos civis, que já vinha de séculos de supremacia branca e masculina e cishetero, tomou condensações específicas, utilizou de táticas específicas, como o boicote ao transporte público em Montgomery, Alabama – que durou mais de um ano –, após o ato de desobediência civil de Rosa Parks e sua prisão, foi veiculada por meios específicos – como a maior divulgação midiática de pastores protestantes ativistas como Martin Luther King – e, principalmente, obteve conquistas específicas contra a segregação e a discriminação racial. Ou seja, a época conhecida como da “luta por direitos civis” foi, especialmente, uma época em que os movimentos sociais conquistaram direitos civis.

O movimento mais atuante das décadas de 1950-1960 nos EUA foi o movimento antirracista; outro movimento que também teve intensificações específicas em sua atuação e conquistou visibilidade e direitos nessa época foi o movimento feminista, entendido como em sua “segunda onda”. No entanto, os grupos populacionais mais afetados pela conquista de direitos contra o machismo vinha sendo historicamente, desde o século XIX, hegemonicamente o das mulheres brancas, e principalmente das ricas. As mulheres negras obtiveram menos benefícios sociais até então, como também as mulheres lésbicas e outros grupos de pessoas dissidentes do regime político cishetero. Paralelamente, as conquistas de direitos antirracistas também afetavam principalmente os homens, e afetavam menos as mulheres negras e as dissidentes sexuais negras. Assim, principalmente nas décadas de 1960-1970, as mulheres negras estadunidenses ativistas passaram a investir na organização do feminismo negro, por se sentirem negligenciadas no movimento feminista e no movimento negro. Também a partir dos anos 1960, outras segmentações do movimento feminista foram se intensificando, principalmente o movimento das lésbicas; nos anos 1960 também se iniciava a intensificação do movimento dissidente sexual das *people of color*: a partir dos bailes culturais da população negra, que também tiveram expressão política no Brasil, foram desenvolvidos espaços culturais da população dissidente sexual negra e *latina* dos bairros racializados estadunidenses,



movimento que nos anos 1980 se consolida como bailes *Vogue*. No caso do movimento feminista negro, essa intensificação proporcionou o desenvolvimento da metodologia interseccional, valorizando a perspectiva das mulheres negras, “cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista”, como sintetiza Carla Akotirene (2018, p. 13).

Assim, foi da experiência das mulheres negras ativistas que partiu a percepção do imbricamento fundamental dos “diferentes” sistemas de opressão. A categoria de “interseccionalidade” foi cunhada em 1989 por Kimberlé Crenshaw, como “a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder” (AKOTIRENE, 2018, p. 112). No entanto, Akotirene localiza essa noção como já presente no movimento de mulheres negras pelo menos desde o século XIX, com Sojourner Truth, pois a experiência de opressão da mulher negra não poderia ser percebida de maneira fragmentada, atribuindo sua precarização social histórica e cotidiana apenas a um discurso diferenciador ou outro. Akotirene salienta o aspecto de imbricação contido na metodologia interseccional:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. [...] Do meu ponto de vista, é imperativo aos ativismos, incluindo o teórico, conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política. (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

Cabe ressaltar que a normatização social transcendentaliza a subjetividade elitizada, como se ela fosse o ideal neutro, não marcado, como trazem Mbembe e Mombaça: a subjetividade-corpo dos homens brancos também é construída pelo “cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe”, mas essa diferenciação os favorece e a naturalização dessa localização social é promovida para apagar o processo de construção política do privilégio e da expropriação. Como coloca Preciado, “a identidade sexual (‘normal’) é sempre e em todo caso o produto de uma tecnologia biopolítica custosa”. (PRECIADO, 2014, p. 128) O funcionamento conjunto dos discerníveis, mas inseparáveis³ códigos de diferenciação social também é desenvolvido por Anne McClintock, que explora a produção de subjetividade levando em conta o racismo, o sexismo, e também o capitalismo-colonialismo:

³ Essa noção epistêmica de aspectos “discerníveis, mas não separáveis” de uma mesma existência perceptível é operacionalizada em *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. (DELEUZE, 2009)



a história não se faz em torno de uma categoria social privilegiada. As diferenças de raça e classe não podem, acredito, ser entendidas como sequencialmente derivadas da diferença sexual, nem vice-versa. Antes, as categorias formadoras da modernidade imperial são categorias articuladas, no sentido de que passam a existir em relações históricas entre si e surgem apenas em interdependência dinâmica, cambiante e íntima. (MCCLINTOCK, 2010, p. 103-104)

Estudos e militâncias seccionais – baseadas apenas na “classe”, na “raça” ou no “sexo” – têm potencialidades produtivas consideráveis; no entanto, a metodologia interseccional ressalta que são sempre insuficientes para a compreensão da e atuação perante a complexidade das relações sociais. A teoria e a militância interseccionais podem se beneficiar dos estudos seccionais que já existem, inclusive para perceber os cruzamentos e continuidades operacionais e efetivos entre as diferentes “marcações sociais” – que não são naturais, mas são significações recortadas pelos discursos hegemônicos. Tanto nos estudos da racialidade quanto nos da sexualidade pode ser vista a problematização da naturalidade das “marcas da diferença”. Akotirene mostra que o racismo étnico-biológico se apoia na “marcação morfofisiológica, anatômica, fenotípica” (AKOTIRENE, 2018, p. 114); mas vê-se que os critérios de marcação são produzidos discursivamente, não são naturalmente características diferenciais relevantes. A tecnologia discursiva do racismo médico-biológico classifica os corpos tendo como suporte narrativas sobre o corpo produzidas pela ciência colonialista, que são interpretadas e operacionalizadas como “dados naturais”, “fatos biológicos”, “caracteres fenotípicos”, “características físicas”.

Como propõe Foucault, o conjunto definido como “caracteres sexuais” não é naturalmente delimitado, mas um efeito-instrumento do saber médico. É a ciência colonial que orienta os critérios de diferenciação e produção da subjetividade-corpo, “sob a forma de identidade”. (AKOTIRENE, 2018, p. 39) Assim, as subjetividades-corpo são reduzidas e estabilizadas pelos códigos identificadores, em identidades-prótese com “marcas” reconhecíveis por códigos diferenciadores amplamente naturalizados. Preciado sintetiza a noção de que a sexualidade é uma produção técnica e reinterpreta a tecnologia discursiva médico-biológica de construção dos corpos:

A contrassexualidade tem por objeto de estudo as transformações tecnológicas dos corpos sexuais e generizados. Ela não rejeita a hipótese das construções sociais e psicológicas de gênero, mas as ressitua como mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo. [...] O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros [...]. Os papéis



e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. A diferença sexual é uma heterodivisão do corpo na qual a simetria não é possível. O processo de criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais. Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e de reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. Essa exploração é estrutural. (PRECIADO, 2014, p. 24-26)

Com sua teoria farmacopornográfica, Preciado pretende salientar dois níveis da produção biopolítica dos corpos: por um lado, há uma produção material, química, biológica (farmaco-), e, por outro, a produção de representações, narrativas, discursos (-porno). A interação desses dois conjuntos de tecnologias produz o corpo como prótese total (PRECIADO, 2014, p. 167), que é construída material-discursivamente: o discurso hegemônico da biologia conforma o corpo, pois o corpo só é entendido a partir dos códigos criados pela ciência. “Os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que são reconhecidos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação” (PRECIADO, 2014, p. 31).

Assim, além de estipular o significado dos órgãos, e a partir desse processo, a ciência moderna-colonial produz os próprios corpos, territorializando-os semanticamente, imputando-lhes significações e funcionalidades sociais diferenciadas a partir da função que é atribuída socialmente aos “caracteres biológicos” – processo que é aplicado tanto na caracterização sexual quanto na racial, que se propõe “fenotípica”:

A mesa de atribuição da masculinidade e da feminilidade designa os órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, sendo os órgãos não sexuais meras zonas periféricas. [...] O corpo só tem sentido como sexuado, um corpo sem sexo é monstruoso. [...] Assim, então, os órgãos sexuais não são somente ‘órgãos reprodutores’, no sentido de que permitem a reprodução sexual da espécie, e sim que são, também e sobretudo, ‘órgãos produtores’ da coerência do corpo como propriamente ‘humano’. (PRECIADO, 2014, p. 130-131)

Esse aspecto de produção da inteligibilidade da totalidade do corpo através da tecnologia da sexualidade também foi trazido por Foucault; é o dispositivo da sexualidade que constrói a noção de “sexo” agrupando “elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres” e faz “funcionar esta unidade fictícia como princípio causal” (FOUCAULT, 1999, p. 144):



É pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (já que ele é, ao mesmo tempo, o elemento oculto e o princípio produtor de sentido), à totalidade de seu corpo [...], à sua identidade. (FOUCAULT, 1999, p. 145-146)

O racialismo recorta caracteres delimitados pelos códigos biológicos, que servem de suporte operacional para um processo de semantização diferenciadora dos corpos e das populações. Foucault mostra como a tecnologia discursiva racialista opera o código biológico privilegiado pelo biopoder para orientar a diferenciação social:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico [...] Isso vai permitir ao poder [...] tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. (FOUCAULT, 2010, p. 214)

A sexualidade enquanto tecnologia de generificação promove um disciplinamento dos corpos, implantando e estabilizando as categorias que estabelece para classificá-los, regulando as identidades para que sejam facilmente identificáveis e diferenciáveis, e, assim, sejam consideradas como “gêneros”, “tipos” de pessoas, e passem a ser distribuídas no nível das populações. A medicina promove toda uma “gestão dos prazeres periféricos” (FOUCAULT, 1999, p. 40), listando as sexualidades da mesma maneira que se faz na botânica. (FOUCAULT, 1999, p. 42) Esse processo de “especificação dos indivíduos” (FOUCAULT, 1999, p. 43) funciona como uma generificação, disciplina que permite ao controle biopolítico se estender dos corpos às populações. Assim, Foucault mostra que a medicina, enquanto formação discursiva, é sempre condicionada pelas relações de poder, ao mesmo tempo em que funciona como estratégia que promove as relações de poder através da diferenciação dos corpos; as relações de poder se retroalimentam através de seus efeitos-instrumento: “as relações de poder [...] são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações”. (FOUCAULT, 1999, p. 90)

Dessa maneira, pode-se perceber que o contínuo biológico-social, desenvolvido à exacerbação na época da teoria da degenerescência, já era antes e continua a ser uma funcionalidade fundamental



do biopoder: a biologia é um código operacionalizado na dominação social. Os discursos diferenciadores naturalizados são tecnologias fundamentais para os regimes de dominação; assim, Foucault prescreve a suspeita acerca da intensificação moderna dos discursos sobre a sexualidade. É preciso desconfiar da proliferação de “identidades sexuais”, pois esse processo é operacionalizado pelas dominações hegemônicas, mesmo que tenha também aspectos de subversão e emancipação.⁴ Foucault percebe na explosão discursiva moderna sobre a sexualidade “um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual”, que era a relação mais codificada no regime de subjetivação da pastoral cristã; deve-se atentar que essa explosão discursiva se deu em diversos níveis sociais, mas, especialmente, nas instituições de saber-poder. Assim, a tecnologia disciplinar da sexualidade não se limitará a produzir a “sexualidade regular” heterogâmica, como se concentrava a pastoral da carne: passará também a regular as “sexualidades periféricas” (FOUCAULT, 1999, p. 39), estudar, controlar e operacionalizar as dissidências ao redor da norma. A “multiplicação”, a “dispersão de sexualidades”, a “implantação múltipla das ‘perversões’”, todo esse processo não foi um mero acaso – no biopoder – e nem haverá de ser – para o biopoder –: a heterossexualidade não é natural e é apropriada/aproveitada pelo modo de produção social-político-econômico; mas também o são as sexualidades não normativas, as “heterogeneidades sexuais” (FOUCAULT, 1999, p. 38):

Graças a esse apoio o poder avança, multiplica suas articulações e seus efeitos, enquanto o seu alvo se amplia, subdivide e ramifica, penetrando no real ao mesmo ritmo que ele. [...] Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas. (FOUCAULT, 1999, p. 43)

Essa tecnologia revela algo mais profundo, que perpassa a obra de Foucault e é demarcado por Preciado: a produção tecnológica da sexualidade e a produção tecnológica da racialidade são duas operações imbricadas num mesmo processo: a produção tecnológica da subjetividade-corpo. A subjetividade, o corpo, são partes, enodamentos da própria trama social. O “indivíduo” e a “sociedade” são produzidos conjuntamente, são parte de um mesmo processo de produção; o sujeito é efeito das formações sociais modernas, o sujeito possibilita as formações sociais modernas. A própria noção de “sujeito” traz esse imbricamento de sentidos: “a sujeição dos homens [sic]” é o

⁴ Aqui, cabe ilustrar a questão com o entendimento de Preciado sobre a pílula anticoncepcional – que ele relaciona à recente categoria de medicamentos conhecida como PrEPs (Profilaxia Pré-Exposição), que pretendem combater a territorialização médica entendida como “o vírus HIV” –: demandada pelo movimento feminista nos anos 1960 pelo seu potencial emancipatório, é operacionalizada pelo farmacopoder para regular os corpos das mulheres cis e demais pessoas com útero. Ver “Condomes químicos”. (PRECIADO, 2019, p. 154)



mesmo processo que “sua constituição como ‘sujeitos’” (FOUCAULT, 1999, p. 60). A produção tecnológica da subjetividade, da identidade, atribui aos corpos “uma realidade analítica, visível e permanente”. O biopoder produz a noção de “sujeito”, de “identidade”, e as “encrava [...] nos corpos”, as introduz “nas condutas”, torna-as “princípio de classificação e de inteligibilidade”. As identidades são semeadas no real e incorporadas aos corpos (FOUCAULT, 1999, p. 44): em suas operações de organização social, a biopolítica reduz os corpos às identidades que lhes são atribuídas pelas relações de poder-saber; esse efeito identitário, a redução da subjetividade-corpo a uma “identidade”, é informado pelos “marcadores da diferença” produzidos e operacionalizados pelos códigos ordenadores sociais. Assim, a identidade, a subjetividade, também são efeitos-instrumento do biopoder, pois são implantadas, estimuladas e saturadas para possibilitar a organização dos corpos em populações, em secções sociais.

Foucault atenta que entre as tecnologias da sexualidade há os “dispositivos de saturação sexual” (FOUCAULT, 1999, p. 45); foi promovida pelo saber-poder uma incitação da diferença, uma multiplicação da diferenciação:

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. [...] Proliferação das sexualidades por extensão do poder; majoração do poder ao qual cada uma dessas sexualidades regionais dá um campo de intervenção. (FOUCAULT, 1999, p. 48)

A recodificação da exploração das mulheres em termos médico-biológicos foi um dos primeiros e mais intrincados processos tecnológicos do biopoder; justamente, a exploração do trabalho e da vida das mulheres é uma das bases da “assim chamada acumulação primitiva”, junto à escravização e à usurpação fundiária. O sistema de exploração baseado na “sexuação” dos corpos não foi criado pela biopoder na era “moderna”, mas com ela foi expandido, enquanto era transcrito nas e operacionalizado pelas novas formações discursivas científicas, que herdavam ou tomavam da igreja católica o controle hegemônico do saber-poder. Como traz Preciado, “as posições de gênero que acreditamos naturais (masculinas ou femininas) são o resultado de imitações submetidas a regulações, repetições e sanções constantes”. (PRECIADO, 2014, p. 91) Pela extensão histórica do regime conhecido como “patriarcado”, que se manifesta de diferentes formas em diferentes contextos, pode-se perceber a continuidade do biopoder com regimes anteriores de subjetivação precarizante. Como recupera Akotirene,



O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância, baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos. (AKOTIRENE, 2018, p. 112)

A principal tecnologia médico-discursiva biopolítica operacionalizada pela dominação masculina no século XIX foi a

Histerização do corpo da mulher: tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas. (FOUCAULT, 1999, p. 99)

Por fim, é necessário fazer mais algumas observações sobre o processo de subjetivação racializante. Apesar de até a época do discurso da degenerescência ter sido aplicada uma discursividade racializante sobre diversas categorias sociais, o código ordenador social racialista foi se especificando, se estabilizando ao longo dos séculos XIX e XX a partir de critérios diferenciadores étnico-culturais, que recodificaram os critérios médico-biológicos; também o código ordenador sexualizante opera de maneira atualizada sob a categoria “gênero”. Como ressaltado pela metodologia interseccional do feminismo negro, a produção da sexualidade funciona acoplada à produção da racialidade; são talvez os dois principais entre os diversos códigos de classificação e organização corporal-populacional. Ressalta também Preciado: “É preciso destacar que essas tecnologias do sexo e do gênero, não existem, isoladamente ou de maneira específica, sem fazer parte de uma biopolítica mais ampla, que reúne tecnologias coloniais de produção do corpo-europeu-heterossexual-branco”. (PRECIADO, 2014, p. 113) Esse conjunto de tecnologias biopolíticas de produção da subjetividade-corpo é fundamental tanto para a dominação colonial quanto para a dominação capitalista; o processo de colonização-racialização atua não apenas sobre os territórios colonizados, mas também produz precarização racializante sobre categorias das populações europeias – e também a europeidade e a branquitude –, distribuindo privilégios e precarizações pelos continentes. Como lembra Foucault:

temos, nesse final do século XVI, [...] uma espécie de repercussão, sobre as estruturas jurídico-políticas do Ocidente, da prática colonial. Nunca se deve esquecer que a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou, claro, modelos europeus para outros continentes, mas que ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no Ocidente, sobre aparelhos, instituições e técnicas de poder. Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um



colonialismo interno. (FOUCAULT, 2010, p. 86)

Os dispositivos do biopoder se aplicam às populações, apoiando-se nos e acoplando-se aos dispositivos de disciplina que vigiam, treinam e utilizam os corpos. (FOUCAULT, 2010, p. 204) A racialização é uma das principais tecnologias mobilizadas por esses aparatos de subjetivação corporal-populacional. Silvio Almeida aborda como a produção da racialidade é operada para a organização dos corpos, das populações e dos regimes econômicos e políticos:

as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas. Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais. Os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos, não foram produzidos apenas pelo acaso, mas por projetos políticos. Assim as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento. (ALMEIDA, 2018, p. 43)

Assim como Foucault entende que “o sexo” é produzido pelo dispositivo da sexualidade, também a crítica genealógica da racialidade entende que são as tecnologias do racismo que produzem “a raça”. Para Almeida, “Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados”. (ALMEIDA, 2018, p. 50) Veja como o autor elabora uma definição de racismo através do entendimento de seus funcionamentos táticos, micropolíticos, articulados em sistemas de relações de poder:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. [...] O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais ‘naturalmente’ preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Achille Mbembe também aborda o racismo de um ponto de vista tecnológico, trazendo



continuidades com o pensamento foucaultiano. A necropolítica atualiza e amplia o entendimento biopolítico das relações de dominação, percebendo que sobre muitos grupos populacionais o poder funciona mais como fábrica de morte do que como controle da vida e expropriação do trabalho. Essa funcionalidade institucionalizada da produção de morte sobre populações inteiras foi característica do colonialismo e opera ainda na colonialidade, transnacionalmente e eficazmente distribuindo a violência conforme os programas de dominação das supremacias branca, masculina, cishetero, capitalista, científica e cristã. (MOMBAÇA, 2016) Mesmo o regime de ocupação colonial ainda pode ser entendido como funcionando plenamente, com tecnologias avançadíssimas, sobre populações como a palestina, que vive sob o jugo de Israel. (MBEMBE, 2018a, p. 38, especialmente “Necropoder e ocupação colonial na modernidade tardia”)

Enfim, a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, [...] Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque originariamente é e sempre será aquilo em cujo nome se operam cesuras no seio da sociedade, se estabelecem relações de tipo bélico, se regulam as relações coloniais, se distribuem e se aprisionam pessoas. (MBEMBE, 2018b, p. 73)

Assim, o código semântico-social diferenciador que hoje funciona especificamente como étnico-racializante possui funcionamentos bem específicos, e em intensidades bem específicas, ainda que compartilhe certas funcionalidades e efeitos com outros códigos diferenciadores. Cabe examinar que o “devir-negro do mundo” proposto por Achille Mbembe (2018b) compreende novas ou mais intensas formas de exploração sobre diversas categorias populacionais, mas esses dispositivos não superam, eles atuam conjuntamente com as formas de exploração recorrentes há séculos. Os procedimentos jurídico-governamentais de “austeridade”, em voga atualmente nas “democracias”, promovem uma intensificação na exploração de grande parte da população, mas os efeitos dessas medidas acumulam-se principalmente nas populações étnico-racializadas.

Mbembe (2018b, p. 21) diz que “grassa hoje em muitos países um ‘racismo sem raças’. No intuito de praticar com mais desenvoltura a discriminação”. Diversificam-se e intensificam-se os procedimentos e efeitos precarizantes de um racismo ampliado, ou generificação interseccional, classificação multissecional ou multifatorial dos corpos e populações; os dispositivos de classificação tornam-se cada vez mais complexos, subsegmentados, múltiplos. No entanto, por mais que os diversos códigos generificadores funcionem conjuntamente e tenham certas discursividades e funcionalidades racializantes comuns, dividindo, classificando e hierarquizando grupos



populacionais por meio de critérios de saber-poder oficializados, a noção de raça médico-biológica continua a atuar como um código específico de identificação social, orientando a precarização social especificamente daquelas pessoas que são identificadas pelos critérios das narrativas médico-biológicas visuais como “fenótipo” ou “cor da pele”.

Portanto, embora em períodos de exacerbação da diferença social, como na época dos discursos da degenerescência e da eugenia, entre o fim do século XIX e meio do XX, em que grupos como dissidentes sexuais, feministas, pessoas com deficiência, trabalhadoras foram considerados de uma “raça inferior”, a supremacia branca ainda apresenta resquícios de solidariedade para com pessoas brancas “degeneradas” em comparação com a violência aplicada para com pessoas consideradas médico-biologicamente de outras raças, que, ademais, além dos caracteres médicos ou étnicos, podem ser afetadas pelos caracteres de diferenciação desvalorizante que também se aplicam às pessoas brancas pelos outros códigos ordenadores. O racismo como tecnologia de organização social e precarização populacional opera pelo menos desde a era moderna, tendo efeitos múltiplos e cumulativos que prejudicam populações, especialmente a população negra, histórica e cotidianamente.

4. Conclusão: naturalização da diferença e da violência

A natureza humana é um efeito da tecnologia social. (PRECIADO, 2014, p. 25)

Na era farmacopornográfica e necropolítica, assiste-se à concatenação de diferentes códigos ordenadores ou parâmetros diferenciadores, e, em cada um deles, movimentos de complexificação, de subsegmentação, proliferação de subdivisões, atualizando binariedades em gradações e multipolaridades. Foucault aborda a produção da diferença na era moderna desde a *História da loucura*, percebendo como a diferenciação social pode chegar a certa desumanização ou animalização, que é operacionalizada politicamente produzindo corpos “humanos” que estão bem distantes do tal estatuto de “cidadão soberano”, sendo alvos de contínuas violências físicas e sociais como se isso fosse “natural”. O autor mostra também como as casas de internação da Europa na era moderna estavam ligadas à colonização das américas, sendo as populações pobres “indigentes”, manipuladas pelos interesses biopolíticos de organização social, movidas a força e a fome do campo à cidade, das ruas aos manicômios, e dali para o “novo mundo”. (Ver “Do bom uso da liberdade”, FOUCAULT, 2007, p. 417.)

No ensaio *O dissenso*, Jacques Rancière (1996) mostra como a divisão social é tão



naturalizada que chega a criar rupturas no próprio mundo sensível, ocasionando, por exemplo, que pessoas brancas e/ou homens e/ou ricas não tenham a menor noção da materialidade social precária e violenta que é imposta histórica e cotidianamente a pessoas negras e/ou mulheres e/ou pobres, e assim não vejam legitimidade em discursos contra o racismo, o machismo e o classismo. Esse processo provoca uma subalternização de discursos dissidentes no meio público e nas instituições: entendimentos políticos dissidentes que partam de grupos subalternizados não são nem mesmo reconhecidos como discurso. Para o autor, com isso fica evidente que a ideia de “consenso” ou “diálogo” que fundamenta a institucionalidade liberal não passa de uma ficção de origem que não é efetivada materialmente. As categorias populacionais privilegiadas, do alto de seu conforto ontológico (MOMBAÇA, 2016), operam com naturalidade a universalização de suas experiências, e acreditam que sua noção de mundo seja compartilhada por todas as pessoas. Assim, a subalternização política dos grupos explorados é parte da máscara de normalidade social que as elites exploratórias e as supremacias institucionalizadas constroem.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault aborda, ao contrário, a produção das semelhanças, da comparação, que é o outro lado do processo de diferenciação; a diferença precisa que as identidades estejam delimitadas, homogeneizadas a si mesmas. O autor compreende que todo processo de comparação, identificação e diferenciação depende sempre da produção artificial dos critérios da comparação. Esses critérios nunca são naturais, por mais que a ciência tenha fé na empiria: é um procedimento social e político que acopla a significação aos caracteres; a percepção do mundo é sempre mediada pela linguagem.

de fato, não existe, nem mesmo para a mais ingênua das experiências, nenhuma semelhança, nenhuma distinção que não seja resultado de uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio. Um ‘sistema de elementos’ – uma definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças ou as diferenças, os tipos de variação que poderão afetar tais segmentos (...) – é indispensável para o estabelecimento da ordenação mais simples. A ordem é, ao mesmo tempo, o que se dá nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual as coisas podem ser vistas, e aquilo que não existe a não ser através da grade de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; [...] Os códigos fundamentais de uma cultura – os que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam de antemão para cada homem [sic] as ordenações empíricas com as quais terá algo a enxergar e dentro das quais reconhecerá a si mesmo. [...] Assim, existe em toda cultura [...] o uso do que poderíamos chamar de os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem. (FOUCAULT, 1972, p. 5-6, tradução nossa)



Foucault (1972, p. 6) ressalta que “essas ordenações” epistêmicas que são produzidas pelos dispositivos de saber oficializado “não são as únicas possíveis nem as melhores”. Essa formulação vai radicalmente contra a premissa científica de que se pode encontrar a “verdade” da “natureza”, que é fundamentada pela premissa filosófica – como em Aristóteles e René Descartes – de que é possível dizer essa “verdade”. (Ver “Aula de 9 de dezembro de 1970”, in: FOUCAULT, 2014, p. 3, p. 7) Esse princípio de desnaturalização epistêmica lembra-me formulações genealógicas investigativas presentes em obras de Jean-Luc Godard; se as formações epistêmicas e sociais não são naturais e necessárias, e “nem as melhores”, deve-se perguntar: então por que surgiram? Por que persistem? São boas para que(m)? E ruins para que(m)? Sempre exercitar o princípio de questionamento, problematização, incompletude, desnaturalização das formas sociais e discursivas, mesmo das que se pretendem emancipatórias e subversivas, mesmo das que alcançam efeitos nessas direções. Mais do que isso: é preciso fomentar a produção de testemunhos das ordens em operação, que se autoinvisibilizam através dos dispositivos de naturalização; testemunhos da violência e destruição que são produzidas dentro da “ordem”, através da “ordem”. A ordem exploratória não é natural, mas é efetiva: como é produzida? É efetiva em que? Beneficia quem?

O projeto humanista, embora produza discursos sobre universalidade, procura universalizar especificamente um ponto social privilegiado, europeu, branco e burguês, masculino, cristão e cientista. A desumanização é um processo inerente ao humanismo.

Não foram o motor a vapor, a imprensa ou a guilhotina as primeiras máquinas da Revolução Industrial, mas sim o escravo trabalhador da lavoura, a trabalhadora do sexo e reprodutora, e os animais. As primeiras máquinas da Revolução Industrial foram máquinas vivas. Assim, o humanismo inventou um outro corpo que chamou humano: um corpo soberano, branco, heterossexual, saudável, seminal. (PRECIADO, 2019, p. 125. Tradução do autor)

A naturalização da ordem social beneficia as elites exploratórias; a episteme diferenciadora hegemônica funciona como tecnologia de dominação ao promover e reproduzir as ordenações hierarquizantes que favorecem as supremacias político-sociais, político-discursivas, político-subjetivas. Os códigos ordenadores são agrupamentos de critérios epistêmicos, formações de saber que promovem, a partir de sua hegemonia política como saber oficializado, os discursos diferenciadores hegemônicos que permeiam as formações sociais. Assim, as formações de saber-poder operam uma produção epistêmica, tecnológica da diferença, que produz diferenciação ontológica sobre as pessoas e as coisas, como se essas distinções ontológicas fossem naturais. Essa diferenciação epistêmica-ontológica produzida pelos discursos diferenciadores hegemônicos é



operacionalizada na reprodução da diferença social, na produção de desigualdade social. Assim, os dispositivos de saber-poder oficializados atuam como agências diferenciadoras, organizadoras da “realidade” social: seus discursos naturalizados se hegemonomizam socialmente, produzindo performativamente organizações sociais específicas como se isso fosse propagação de “conhecimento” neutro; disseminando-se, os discursos diferenciadores naturalizados afetam a sociedade e, assim, os códigos ordenadores se materializam socialmente na iniquidade social que beneficia a elite interseccional. Porém, cabe fazer duas ressalvas butlerianas (BUTLER, 1997): nesse processo de dominação discursiva, as narrativas hegemonomizadas não conseguem ser totalitárias, ou totalmente efetivas, pois existem rupturas, falhas, brechas discursivas – heterogeneidades resistindo; também, as subjetividades-corpo elitizadas muitas vezes reproduzem esses discursos que lhes favorecem de maneira inconsciente, naturalizada, não intencional, como se os efeitos sistêmicos de precarização propagados por seus discursos lhes fossem invisíveis.

Paul Preciado reconhece esse dispositivo de naturalização da diferença nas tecnologias de produção da subjetividade-corpo: deve-se

pensar a tecnologia como a produção mesma dessa natureza. Talvez o maior esforço das tecnologias do gênero não tenha sido a transformação das mulheres, e sim a fixação orgânica de certas diferenças. Chamei esse processo de fixação de “produção próstética do gênero”. (PRECIADO, 2014, p. 154)

As tecnologias de produção da subjetividade estão distribuídas em diversas instituições sociais; no entanto, são mascaradas por naturalizações fundamentais da episteme humanista-iluminista-protestante como as noções de “sujeito soberano”, “liberdade”, “agência”, “livre-arbítrio”. A ficção “sujeito” é produzida tecnologicamente e essa produção político-discursiva-social é naturalizada, promovendo aceitação e legitimidade tanto à identidade quanto à diferença. Silvio Almeida articula a importância da naturalização da diferença para a produção da desigualdade social:

o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e os afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1. Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação ‘racional’ para a desigualdade racial; 2. Constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem ‘normal’ e ‘natural’ que no mundo haja ‘brancos’ e ‘não-brancos’. (ALMEIDA, 2018, p. 48)

A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e recriação de um imaginário



social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios. (ALMEIDA, 2018, p. 57)

A consolidação histórica e institucional do discurso racista operacionalizado pela supremacia branca é um efeito-instrumento da própria supremacia branca; a dominação política-epistêmica branca sobre as instituições de saber-poder oficializado ou naturalizado – como a religião cristã e a ciência moderna – retroalimenta a dominação político-econômica-militar que possibilita sua posição de autoridade discursiva. Veja como Silvio Almeida articula a produção epistêmica da distinção ontologizante racista com a dominação política da supremacia branca:

A supremacia branca pode ser definida como a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social. Esta dominação resulta de um sistema que por seu próprio modo de funcionamento atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas. [...] O ser branco e o ser negro são construções sociais. O negro é produto do racismo, ‘sobredeterminado pelo exterior’, diz Frantz Fanon⁵. [...] Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele, que fazem de alguém negro. A cor da pele ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e desvantagens políticas, econômicas e afetivas. (ALMEIDA, 2018, p. 57-58, 60)

Almeida também elenca uma série de efeitos sociais naturalizados, entre os muitos que são condicionados pela situação política da supremacia branca, efeitos construídos através do acúmulo histórico de sua operação:

A inserção dos indivíduos em cada uma destas condições formatadas pela sociabilidade capitalista depende de um complexo jogo que mescla uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato. O racismo é um elemento desse jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas na cidade e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado. (ALMEIDA, 2018, p. 142)

⁵ Ver “A experiência vivida do negro”. (FANON, 2008, p. 103)



Achille Mbembe também aborda a funcionalidade de naturalização epistêmica da distinção ontológica que o racismo proporciona, tornando aceitável e exequível a extrema violência do colonialismo e do fascismo; aqui, citando *Origens do totalitarismo*, de Hannah Arendt: a violência nas colônias

provém da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo. Aos olhos do conquistador, ‘vida selvagem’ é apenas outra forma de ‘vida animal’, [...] algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão. [...] Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos ‘naturais’, que carecem do caráter específico humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, ‘quando os europeus os massacravam, de certa forma não tinham consciência de cometerem um crime’. (MBEMBE, 2014a, p. 35-36)

A naturalização da diferença possibilita a naturalização da violência e da exploração; os corpos objetificados têm sua humanidade e sua vida desvalorizadas, possibilitando que sejam manejados e exterminados conforme os desígnios dos regimes de dominação. A diferenciação semântica-ontológica-social impõe uma sub-humanidade, uma lumpenidade a secções populacionais como as racializadas e as sexualizadas, para que se garanta a extração de capital de certos serviços, e o controle do fluxo de capital; a lumpenização é produzida como um enclave econômico, um protecionismo do biopoder sobre seu capital vivo, proporcionando a maior extração de mais-valia possível. Os dispositivos de lumpenização são comuns às supremacias seccionais e são operacionalizados interseccionalmente: produziram-se o “negro” e a “negra” para a extração escravista; produziu-se a “mulher” para a extração familiarista; produziram-se a “proletária” e o “proletário” para a extração capitalista. A produção de lumpenidade garante a satisfação das demandas de trabalho não pago e mal pago; a lumpenização é um fator de produção necessário para os processos de produção extrativistas do capital vivo.

Assim, numa época em que se acentuam os processos de diferenciação social e exploração econômica, bem como atos de violência, é importante atentar para como esses processos são arbitrados pelos regimes de dominação em operação, favorecendo grupos sociais específicos. A diferenciação social é sempre contingenciada pelos discursos hegemônicos, pelas epistemes diferenciadoras que estão em posições de autoridade discursiva. Se as condições de precariedade social impostas a tantos corpos e populações são politicamente produzidas, desnaturalizar a diferenciação social pode desestabilizar os dispositivos discursivos que a promovem, possibilitando contra-discursos que partam dos grupos subalternizados. Desnaturalizar a ordem social fomenta a possibilidade de outros mundos, outras organizações semânticas e sociais, que desproduzam tanto as



condições de precariedade quanto as de privilégio. Investigando os dispositivos genealógicos e micropolíticos operados pelos regimes de dominação, desmonta-se o lastro de naturalidade que encobre e lubrifica as ordenações sociais exploratórias e supremacistas.

Referências

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BUTLER, J. *Excitable Speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.
- DELEUZE, G. *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FOUCAULT, M. *Las palabras y las cosas: una arqueología de las ciencias humanas*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1972.
- FOUCAULT, M. *Aulas sobre a vontade de saber*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018b.
- MCCLINTOCK, A. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MOMBAÇA, J. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2016.
- PRECIADO, P. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- PRECIADO, P. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, P. *Un apartamento en Urano: crónicas del cruce*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.
- RANCIÈRE, J. O Dissenso. In: NOVAES, A. (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

